

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA GESTÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

17.02.2022

I. INTRODUÇÃO

Esta é minha última sessão antes da posse. Faço a seguir a minha despedida e a minha prestação de contas aos colegas e à sociedade.

II. AGRADECIMENTO INICIAL

E assim se passaram quase dois anos. Intensos e felizes, porque a gente deve cumprir com alegria as missões que a vida nos dá. Poder agradecer é uma bênção. Por isso mesmo, minhas palavras iniciais são de reconhecimento e gratidão. Em primeiro lugar, aos Ministros deste Tribunal, da presente composição e das anteriores. Conseguimos reunir aqui, apesar dos tempos áspersos, um grupo de pessoas que se gostam, se admiram e se ajudam. E, do modo como eu penso a vida, a afetividade é uma das energias mais poderosas do universo. Obrigado, de coração, por terem sido os melhores parceiros que alguém poderia desejar.

Agradeço, em segundo lugar, à minha assessoria aqui no Tribunal. Companheiros brilhantes e queridos de viagem, na aventura que foi fazer eleições limpas, livres e seguras, e proteger a democracia no Brasil, esse fascinante e complexo país que é nossa paixão. E sou grato, também, a todos os servidores das diversas áreas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os secretários, os coordenadores e, muito especialmente, aqueles que eu nunca cheguei a conhecer pessoalmente, mas que anonimamente me ajudaram a cumprir o meu papel. Agradeço, por fim, aos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e respectivos juízes e servidores, que foram parceiros dedicados e leais em todos os momentos. Gostaria de dar uma palavra de carinho e agradecimento aos colaboradores mais humildes, que prestam um serviço essencial que por vezes passa despercebido: o pessoal da limpeza, da copa, da portaria e da segurança, entre outros. Todos os trabalhos são importantes para o tribunal.

Agradeço, também, aos profissionais da imprensa, que cobrem as atividades do tribunal. Nós nunca precisamos tanto de jornalismo profissional, para a criação de um espaço público que, embora plural, tenha um mínimo de compromisso com a verdade

dos fatos e a realidade. Imprensa profissional é um dos antídotos contra esse mundo das mentiras e notícias fraudulentas, eufemismos que se criaram para encobrir a mentira e as notícias fraudulentas.

III. AS ELEIÇÕES DE 2020

A primeira e principal missão do TSE e da Justiça Eleitoral é organizar as eleições. Embora a atenção maior recaia sobre o dia da votação, há uma imensa gama de preparativos que a antecedem. Nós cuidamos do alistamento eleitoral dos eleitores, dos registros das candidaturas, dos programas e sistemas eleitorais, da compra das urnas, da elaboração dos programas e sistemas que as fazem funcionar, de sua distribuição por um país continental, do recrutamento de mesários, em meio a inúmeras outras tarefas importantes e delicadas. A propósito, já colhemos a biometria de mais 120 milhões de brasileiros, o que corresponde a cerca de 80% dos eleitores. A biometria dá segurança à votação e impede que qualquer pessoa vote por outra.

Nessa gestão, realizamos eleições em plena pandemia. Não foram pequenos os desafios. Em primeiro lugar, conseguimos neutralizar a inaceitável proposta que começava a ganhar corpo de *cancelamento* das eleições, que pretendia fazê-las coincidir com as eleições gerais de 2022¹. Em seguida, constituímos uma comissão altamente qualificada, composta por médicos infectologistas, sanitaristas e epidemiologistas, um biólogo e um físico especializado em modelagem de epidemias para monitorar a evolução da pandemia. A comissão recomendou o *adiamento* das eleições por seis semanas. Diante disso, levamos a proposta ao Congresso Nacional, que em tempo recorde aprovou a Emenda Constitucional n. 107, de 2.07.2020, remarcando os dois turnos das eleições para 15 e 29 de novembro, respectivamente. Depois disso, formamos uma comissão de estatísticos, que examinou, a nosso pedido, os fluxos de eleitores no dia da votação e recomendou que *estendêssemos o horário* em uma hora e *reservássemos as três primeiras horas* para eleitores maiores de 65 anos. Com isso, conseguimos minimizar as filas no dia do pleito.

Na sequência, aprovamos um minucioso Plano de Segurança Sanitária, elaborado com a colaboração de médicos da Fundação Oswaldo Cruz, do Hospital Sírio Libanês e do Hospital Israelita Albert Einstein. Diante da recomendação de aquisição de

grande quantidade de equipamentos de segurança, obtivemos, junto à iniciativa privada, em números redondos, 9 milhões de máscaras, 2 milhões de protetores faciais (*faceshields*) e 4 milhões de litros de álcool gel para a proteção de mesários, servidores e eleitores. Tudo sem qualquer custo para o Tesouro. Uma economia de 192 milhões de reais, conforme orçado pelo Diretor-Geral do Tribunal, Rui Moreira, cujo nome faço questão de citar pelos excepcionais serviços que prestou. Coube, igualmente, à iniciativa privada, sem qualquer custo para os cofres públicos, a extraordinária logística de distribuição desses materiais. E, de fato, conseguimos realizar eleições sem produzir qualquer impacto nos índices da pandemia. Embora se temesse abstenção elevada, 113 milhões de eleitores foram votar, com um percentual de não comparecimento muito próximo das médias históricas. Divulgamos o resultado das eleições no mesmo dia da votação, tanto no 1º quanto no 2º turno.

IV. ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

Nós vivemos a era da revolução tecnológica ou digital, iniciada na metade final do século XX, caracterizada pela massificação dos computadores pessoais e dos telefones inteligentes e, mais notadamente, pela *internet*, conectando bilhões de pessoas em todo o planeta. A internet revolucionou o mundo da comunicação interpessoal e social, ampliando exponencialmente e democratizando o acesso à informação, ao conhecimento e ao espaço público, onde qualquer pessoa pode expressar suas ideias, opiniões e disseminar notícias. Antes da internet, a difusão de informações dependia, substancialmente, da imprensa profissional. Cabia a ela apurar os fatos e veicular opiniões, com os filtros editoriais próprios à técnica e à ética jornalística. Havia, assim, um controle mínimo sobre a veracidade do que era publicado.

Uma das principais consequências da revolução digital foi o surgimento das redes sociais e dos aplicativos de mensagens, que se tornaram as principais fontes de informação da maior parte da população. Em meio a muitos fatores positivos, há um componente extremamente negativo nesse novo contexto: a circulação de campanhas de ódio e de desinformação, a veiculação de mentiras deliberadas, de teorias conspiratórias, ataques às instituições e outros comportamentos socialmente inaceitáveis. Essas mídias passaram a ter um papel relevante nas eleições em muitos países, tendo havido casos graves de manipulação grosseira de notícias e informações, inclusive com ingerências externas.

Em razão disso, e com a experiência adquirida nas eleições de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral montou uma estratégia de guerra para enfrentar a desinformação voltada contra o processo eleitoral na campanha de 2020. Para tanto, foram adotadas as seguintes iniciativas: a) criação de uma Coordenação Digital de Combate à Desinformação, com um especialista na matéria, que assessorou as ações do TSE; b) parceria com as principais mídias sociais e aplicativos de mensagens, incluindo Facebook, Instagram, Whatsapp, Google (Youtube), Twitter e TikTok; c) parceria com as principais agências de checagem de notícias para verificação da veracidade de determinadas notícias; d) reativação de uma página no *site* da Justiça Eleitoral denominada "Fato ou Boato", na qual se restabelecia a verdade dos fatos (a página já havia sido criada na gestão da Ministra Rosa Weber); e) celebração de acordo com todas as empresas de telefonia provedoras de internet para que o acesso a essa página não fosse debitado do pacote de dados do usuário; f) acordo com as plataformas para dar visibilidade aos links de restabelecimento da verdade; e g) campanha de educação midiática sobre *fake news*, estrelada sem custos pelo biólogo e Youtuber Átila Iamarino, na televisão e nas redes sociais.

O foco principal da nossa atuação foi, não o controle de conteúdos, mas, sobretudo, dos comportamentos coordenados inautênticos, como o uso de perfis falsos ou duplicados, robôs e *trolls* (gente contratada para amplificar as notícias falsas). As parcerias com as plataformas são feitas sob medida, de acordo com as características de cada uma. Alguns exemplos: com o Whatsapp criou-se um canal específico para denúncia de disparos em massa ilegais; com o Facebook, foi disponibilizada a ferramenta de megafone para divulgação de mensagens aos usuários brasileiros sobre as eleições; com o Google, um desenho temático associado às eleições na página inicial (*Doodle*). No último dia 15, todas essas parcerias foram renovadas e assinadas, em evento público, com a adesão de novos parceiros, como o Kwai. O Programa de Enfrentamento à Desinformação, do TSE, conquistou o *Prêmio Innovare*, na categoria Tribunais, e o *Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2021*, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. E as campanhas do TSE no TikTok receberam o *Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça*, do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça.

V. A IDENTIFICAÇÃO CIVIL NACIONAL

Conseguimos avançar significativamente no importantíssimo programa de Identificação Civil Nacional (ICN), introduzido pela Lei n. 13.444, de 11.05.2017,

aprovada, à época, com o empenho do então presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli. Explico brevemente do que se trata. O TSE, para fins de identificação dos eleitores, tem um banco de dados de mais de 120 milhões de brasileiros, com sua biografia (nome e filiação) e biometria (identificação digital). A meta é chegar a todos os eleitores. O programa do ICN se destina a utilizar essa base de dados para duas finalidades de grande valia: a) criação do *Documento Nacional de Identidade* (DNI), consistente num aplicativo que pode ser baixado no celular que concentrará num único ícone a identificação do cidadão, com todos os seus documentos: CPF, RG, Carteira Nacional de Habilitação, Cédula de Identidade Profissional etc.; e b) instrumento de *conferência de identidade e de dados*: sempre que se relacionar com um órgão público (por exemplo, para fazer prova de vida junto ao INSS) ou com uma entidade privada (abertura de uma conta bancária), os dados biográficos e a identificação biométrica comprovam que a pessoa é de fato quem diz ser. Eliminam-se as fraudes e a burocracia. Trata-se de um projeto de simplificação da vida, que pôde deslanchar devido ao apoio da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, do Serpro e de governos estaduais.

VI. INICIATIVAS RELATIVAS À MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

No meu discurso de posse, afirmei que um dos objetivos da minha gestão era promover o *empoderamento feminino*. Disse, na época, o que reproduzo a seguir:

“Um dos objetivos da nossa gestão é atrair mulheres para a política e para postos-chave na vida nacional. Foi longa a trajetória da condição feminina na história da humanidade e na vida do país. Conquistas que incluem direito à educação, liberdade sexual, direitos para a mulher não casada, igualdade no casamento e acesso ao mercado de trabalho, assim como lutas ainda inacabadas contra a violência doméstica, a violência sexual e atitudes preconceituosas e desrespeitosas, que vão do assédio à linguagem sexista. Fomos criados em uma cultura machista e sua superação é um aprendizado e uma vigilância constantes. Ainda assim, poucas transformações foram mais extraordinárias ao longo da minha vida adulta quanto a ascensão feminina. Procurei fazer a minha parte, a começar pela minha própria equipe: minha Secretária-Geral aqui no TSE é mulher e minhas chefes de gabinete tanto no STF quanto aqui são igualmente mulheres. E quem manda na minha vida há 26 anos é

minha mulher, Tereza, a quem dedico a bela declaração de amor de Jorge Luiz Borges: ‘Estar com você ou não estar com você é a medida do meu tempo’”.

Com o propósito de empoderamento feminino tivemos: a) a atuação intensa da Comissão Gestora de Política de Gênero, conhecida como *TSE Mulheres*, que patrocinou um conjunto amplo de atividades, inclusive *lives* das quais participei com personalidades femininas importantes do Brasil, para debater temas ligados à igualdade, violência, liderança e gênero²; b) fizemos duas campanhas pela televisão e pelas redes sociais estreladas, graciosamente, pela atriz Camila Pitanga, por *Mais Mulheres na Política: A gente pode, o Brasil precisa*; c) fizemos um grande seminário intitulado “Mais Mulheres na Política: Sem Violência de Gênero”, reunindo mulheres brancas, negras, indígenas e transexuais³; d) mediamos e homologamos um acordo entre o MDB e o Ministério Público Eleitoral no qual se previu que no mínimo 30% dos cargos diretivos do diretório nacional e dos diretórios estaduais sejam ocupados por mulheres, uma iniciativa pioneira e consensual; e) realizamos o Fórum Nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos, para discutir pautas de interesse da participação feminina, e que reuniu coordenadoras dos programas de mulheres de quase todos os partidos políticos⁴; e f) pela primeira vez na história, elaborou-se

² Participaram dessa série de *lives*: a juíza federal Adriana Cruz; a cientista política Flávia Biroli; a jornalista Petria Chaves (*live* sobre igualdade); a vice-presidente do Instituto Maria da Penha, Regina Célia Barbosa; a atriz, modelo e ativista pelo direito das mulheres Luiza Brunet (*live* sobre violência); a empresária Luiza Trajano, fundadora do Grupo Mulheres do Brasil; a deputada federal Joenia Wapichana; a vereadora Duda Salabert, primeira candidata transgênera eleita para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (*live* sobre liderança); a filósofa Djamila Ribeiro e a professora Jaqueline de Jesus (*live* sobre gênero).

³ O evento reuniu as Ministras Cármen Lúcia e Maria Claudia Bucchianeri; minha secretária-geral Aline Osorio; Renata Gil, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); a advogada e ex-ministra deste Tribunal, Luciana Lóssio; Simone Tebet, senadora e líder da bancada feminina no Senado Federal; Celina Leão, deputada federal e coordenadora da Secretaria da Mulher; Djamila Ribeiro; Nina Silva, executiva e fundadora do Black Money; Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres; Livia Santana Vaz, promotora do Ministério Público da Bahia; Melisa Caro Benitez, professora da Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade de Cartagena; Maria Martha Nieto, juíza na Patagônia; Bruna Benevides, representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Ieda Leal de Souza, coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado; Cacica O-e-Kaiapó Paikan, líder indígena; Luana Rolim, vereadora de Santo Ângelo/RS; e Fábila Galvão, coordenadora de mídias e web do TSE.

⁴ Estiveram presentes mulheres dos seguintes partidos políticos: Democratas, Republicanos, Partido Progressista (PP), Partido Social Democrático (PSD), Podemos, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Republicano da Ordem Social (Pros), Patriota, Rede Sustentabilidade, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Social Cristão (PSC), Solidariedade, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Podemos, Partido Trabalhista Cristão (PTC), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido

uma lista tríplice para a vaga de Ministro do TSE composta apenas por mulheres, as advogadas Marilda Silveira, Ângela Baeta e Maria Cláudia Buchianeri Pinheiro, tendo esta última sido escolhida pelo Presidente da República (e, por justiça, registro que a Ministra Maria Cláudia tem sido dedicada parceira em todas as iniciativas para as quais foi solicitada sua participação).

VII. LIVES (INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE)

Outra marca que procurei imprimir à gestão foi a interlocução com a sociedade. Para tanto, participei de diálogos com diferentes figuras representativas em áreas diversas: cultura, jornalismo, política e literatura. Essas lives foram transmitidas pelo Youtube e demais redes sociais do TSE, com milhares de acessos, veiculando conversas que mantive com Jô Soares (14.11.2020), Fernando Henrique Cardoso (12.01.2021), Lilia Schwarcz (08.03.2021 – debate sobre o livro *Brasil: uma biografia*), Táki Cordás (20.04.2021, com o tema *Justiça: para quê?*), Itamar Vieira Junior (9.08.2021 – debate sobre o livro *Torto Arado*), Zuenir Ventura (6.09.2021 – debate sobre o livro *Minhas Histórias dos outros*, Nelson Mota (18.10.2021 – debate sobre o livro *De Cu Pra Lua*) e Mia Couto (29.11.2021 – debate sobre o livro *O Mapeador de Ausências*). A vida também precisa ser lúdica e divertida.

Ademais, a série **Diálogos Democráticos** promoveu debates virtuais com figuras públicas sobre os temas mais relevantes para as Eleições 2020. Fiz questão de mediar todos os encontros, que buscaram fomentar reflexões fundamentais junto ao eleitorado sobre os desafios que ainda precisam ser vencidos na democracia brasileira. Realizamos um ciclo de *lives* com os seguintes temas: 1ª live - Mais Mulheres na Política, com Camila Pitanga, Djamila Ribeiro e Simone Tebet; 2ª live - Combate à desinformação, com Atila Iamarino, Cristina Tardáguila e Felipe Rigoni; 3ª live - Mais Jovens na Política, com Projota, Tabata Amaral e Luiz Felipe Pondé; 4ª live - Voto consciente, com Marina Silva, Marcelo Tas e Caio Coppolla; e 5ª live - Cuidados sanitários, com Marília Santini, David Uip e Luís Fernando Aranha Camargo.

VIII. DEFESA DA INTEGRIDADE DO PROCESSO ELEITORAL E DO VOTO ELETRÔNICO

Boa parte do ano de 2021 foi gasto com uma discussão desnecessária, que significaria um retrocesso: a volta ao voto impresso, com contagem pública manual. Solução inadequada para um problema inexistente. O sistema de votação eletrônica brasileiro é seguro, transparente e auditável:

a) *Seguro*: o sistema foi implantado em 1996 – há mais de 25 anos – sem que jamais se tenha documentado qualquer caso de fraude. Justamente ao contrário, derrotamos o passado de fraudes com o voto impresso. Ademais, as urnas eletrônicas jamais entram em rede, isto é, não têm ligação à internet. Como consequência, não estão sujeitas a acesso remoto, a invasão por *hackers*;

b) *Transparente*: Cada passo do processo eleitoral, do desenvolvimento do programa à divulgação do resultado, está sujeito à fiscalização dos técnicos indicados pelos partidos políticos, da OAB e da Procuradoria-Geral da República, bem como de diversas outras entidades, entre elas incluídos o Departamento de Polícia Federal e as Forças Armadas. E também temos uma Comissão de Transparência Eleitoral e um Observatório da Transparência das Eleições, instituídos por portaria e em pleno funcionamento;

c) *Auditável*: o sistema tem dezenas de etapas de auditoria, que vão da abertura do código-fonte (*i.e.*, dos programas que contêm os comandos operacionais das urnas) até a impressão dos boletins de urna, passando pelo Teste Público de Segurança, pela blindagem do programa e pelo Teste de Integridade no dia das eleições.

Conforme expus em audiência pública na Câmara dos Deputados, para a qual recebi três convites, inclusive pessoalmente pelo próprio presidente da Casa, a experiência com a impressão de um pequeno percentual de votos, nas eleições de 2002, foi muito ruim, com atrasos, quebra de impressoras e necessidade de votação em cédulas em muitas sessões. Foi o que documentou relatório do próprio Senado Federal. Além disso, haveria um custo muito alto, necessidade de nova licitação de urnas e perigo de quebra de sigilo. Alguém poderia supor, em boa-fé, que não haveria problema em se ter a impressão do voto, simultaneamente ao voto eletrônico, para eventual conferência, em caso de diferença mínima entre os candidatos. Deve-se observar que não é isso que constou da proposta de emenda constitucional apresentada. De todo modo, a ideia seria plausível se não tivéssemos que levar em conta, além do risco de judicialização geral das eleições, o seguinte: os votos precisariam ser a) *transportados*, num país onde o roubo de carga não é incomum; b) *armazenados*, num país em que os antecedentes de urnas que apareciam com mais votos do que eleitores ou desapareciam eram frequentes; e c) a *contagem pública manual*⁵ de votos sempre foi um cenário de fraudes entre nós.

Felizmente, a Câmara dos Deputados, com altivez, rejeitou a proposta que traria o retrocesso e seu presidente considerou o assunto encerrado. O quadro jurídico-constitucional, portanto, é o seguinte: o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o voto impresso, nos moldes que vinha sendo proposto; a Câmara dos Deputados rejeitou a sua introdução; sequer haveria tempo para sua implantação, a poucos meses das eleições, com necessidade de elaboração de projeto, licitação e produção de urnas com impressoras. Nesse cenário, a rediscussão requeitada do assunto só tem por finalidade tumultuar o processo eleitoral.

Sempre relembando que, nos Estados Unidos existe voto impresso e o candidato derrotado não apenas jamais reconheceu a derrota como até hoje sustenta a tese de que houve fraude e a eleição foi roubada. A moral da história, como já disse anteriormente, é que não há remédio na farmacologia jurídica contra maus perdedores.

IX. PREPARAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES DE 2022

Em preparação para as eleições, já tivemos duas etapas muito importantes, que foram: a) a abertura dos códigos-fonte aos partidos políticos e a diversos órgãos e entidades habilitados (relembando que o código fonte é o conjunto de programas que rodam urna eletrônica); e b) realização do Teste Público de Segurança (quando inúmeras instituições qualificadas fazem ataques ao sistema, em busca de vulnerabilidades que possamos sanar). Tudo já feito sob os olhos da Comissão de Transparência Eleitoral e do Observatório da Transparência Eleitoral. Em maio próximo, teremos os testes de confirmação, quando se vai conferir se os pontos de aperfeiçoamento recomendados no Teste Público de Segurança foram satisfatoriamente executados.

No âmbito da Comissão e do Observatório de Transparência, temos recebido inúmeras consultas, indagações e sugestões que estão sendo consideradas com a atenção devida e merecida. Ficou convencionado entre os integrantes da Comissão de Transparência que os debates ali travados e os pedidos a ela dirigidos serão tratados reservadamente e que, ao final, se divulgará um relatório sobre o que foi discutido, proposto, considerado e atendido. Confiamos na integridade dos membros da Comissão para que não haja vazamentos indevidos. Onde não há boa-fé não há salvação. Sobretudo em matéria de *cybersegurança*, o sigilo é imprescindível por motivos óbvios. Ninguém fornece informações

que possam facilitar ataques, invasões e outros comportamentos delituosos. Tudo é transparente, mas sem ingenuidades.

Não sem algum sobressalto, conseguimos renovar o nosso parque de urnas eletrônicas, adquirindo 225 mil novas unidades, sempre as atualizando com o estado da arte da tecnologia. As dificuldades, que já relatei aqui na abertura do ano judiciário, se deveram à escassez mundial de componentes eletrônicos – os semicondutores – e nós precisamos fazer um esforço de diplomacia a partir do TSE para a obtenção desses equipamentos. Preciso dizer que foram meses de tensão, felizmente com final feliz. E porque agradecer nunca é demais, registro ainda uma vez a ajuda valiosa do Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, dos ex-Embaixadores dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon e Toni Harrington, bem como do Encarregado de Negócios de Taiwan no Brasil, Tsung-Che Chang e do vice-chanceler de Taiwan, Alexander Yui. Todos foram nossos aliados numa verdadeira competição internacional para obtenção de componentes essenciais. Sou grato, também, ao chefe da assessoria internacional do TSE, diplomata José Gilberto Scandiucci, que trabalhou intensamente para o sucesso da operação.

Também em preparação para as eleições, tornamos permanente o Programa de Enfrentamento à Desinformação. Nesse tema, reitero meu entendimento de que qualquer ator importante no processo eleitoral brasileiro precisa estar submetido à legislação brasileira e à Justiça do país. Mídias sociais que aceitam com naturalidade apologia ao nazismo, ao terrorismo, ameaças a agentes públicos e ataques à democracia, sem qualquer controle de comportamentos coordenados inautênticos e a condutas criminosas, não devem ser admitidas a operar no Brasil. A liberdade de expressão é muito importante e precisa ser protegida. Inclusive contra os que a utilizam para destruí-la, juntamente com a destruição da democracia.

X. ALGUNS REGISTROS ADMINISTRATIVOS E JURISDICIONAIS

No plano administrativo, conseguimos concluir inteiramente a *digitalização dos processos físicos*, fazendo com que o TSE opere quase inteiramente com processos eletrônicos. Iniciamos, também, o projeto de implantação de um *berçário* na sede do TSE, contribuindo para a tranquilidade de nossas servidoras que voltem da licença maternidade. Também conseguimos organizar, em uma coleção especial, os livros doados pela família do saudoso Ministro José Guilherme Villela, cabendo, uma vez mais, um

agradecimento ao advogado e ex-Ministro desta Casa Pedro Gordilho, que diligenciou os atos necessários à doação. Uma comissão de acessibilidade propôs e foram adotadas inúmeras medidas para inclusão de pessoas com deficiência. Por fim, começamos os levantamentos necessários para tornar o Tribunal *carbono zero*, providência que foi retardada pela pandemia, mas que certamente será retomada pelos meus sucessores. Ainda no plano administrativo, registro a elaboração de dezenas de resoluções disciplinando diferentes aspectos do processo eleitoral, uma das últimas delas, produzida em tempo recorde, foi a regulamentação das federações, após intensa interlocução com todos os partidos políticos interessados. Pela dedicação e qualidade com que cuidou da minuta desses atos normativos, sou especialmente grato a minha assessora Roberta Gresta.

No plano judicial, gostaria de destacar, acima de tudo, a decisão que visa a ampliar a participação das pessoas negras no país. O Tribunal decidiu que a distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão deve ser proporcional ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral⁶. Em outra decisão importante, reconheceu que a prática da denominada “rachadinha” configura ato doloso de improbidade administrativa que importa lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito e enseja o indeferimento do registro de candidatura⁷. Infelizmente, trata-se de prática corrupta recorrente, em que recursos são desviados dos cofres públicos para benefício particular.

O Tribunal considerou, também, que a acusação falsa formulada por candidato, e disseminada em redes sociais no dia das eleições, de que as urnas estavam fraudadas configura abuso de poder político e uso indevido de meio de comunicação ensejando a cassação de mandato⁸. Parte da estratégia mundial de ataque à democracia é procurar minar a credibilidade do processo eleitoral, abrindo caminho para a quebra da institucionalidade. Acusar inverazmente a ocorrência de fraude nas urnas eletrônicas é prática grave e inaceitável por todos os títulos. Cabe aqui relembrar a frase citada por Madeleine Albright em seu livro *Fascismo: um alerta*: “Uma mentira não é o outro lado da história. Uma mentira é só uma mentira”. Por fim, foi decidido que inexistindo lei específica que disponha sobre o teto de gastos de campanha para as Eleições 2022, o próprio Tribunal poderá fixá-lo

mediante ato regulamentar⁹. Melhor que o Congresso atuasse, mas, naturalmente, não pode haver eleições sem limite de gastos.

XI. ALGUNS AVANÇOS IMPORTANTES QUE AINDA PRECISAM SER FEITOS

A vida é sempre uma obra inacabada. Nunca se consegue realizar tudo o que se deseja. Há sempre tarefas a concluir. A gente só termina tudo quando morre. E como eu ainda pretendo continuar nesse mundo por mais um tempo – viver é uma coisa maravilhosa – há muitos desafios pela frente. Menciono algumas coisas que ficaram por fazer.

As dificuldades trazidas pela pandemia e, sobretudo, a dispersão de energia trazida pela resistência ao retrocesso do voto impresso nos desviaram de algumas pautas importantes que precisam ser enfrentadas. Destaco algumas delas: a) o sistema eleitoral na eleição para a Câmara dos Deputados – voto proporcional em lista aberta – é caro, tem baixa representatividade e dificulta a governabilidade. É preciso reabrir essa discussão. O TSE defende o sistema distrital misto, não sendo o caso de detalhar o tema aqui; b) é imperativo que haja no mínimo 30% e em breve paridade de mulheres nos órgãos dirigentes partidários, não apenas por uma questão de justiça de gênero como pelo fato de que virtudes femininas agregam valor à vida pública. No mesmo pacote deve ser incluído o debate sobre reserva de um percentual de assentos no Congresso para mulheres; e c) é preciso haver critérios objetivos mínimos na distribuição do Fundo Eleitoral, a serem fixados em lei, para reduzir a discricionariedade dos caciques partidários e fomentar a renovação na política. Se não resolvermos esses e outros problemas, eles continuarão a assombrar-nos.

Enfim, conseguimos muitas coisas, mas não tudo o que desejávamos. Em tema de avanço civilizatório, a gente nunca deve se contentar em ambicionar pouco. Na frase inspirada atribuída a Michelangelo, que citei em meu discurso de posse:

“O maior perigo, para a maioria de nós
não é que o alvo seja muito alto
E não se consiga alcançá-lo.
É que ele seja muito baixo
E a gente consiga”.

XII. RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E DEFESA DAS INSTITUIÇÕES

Nos últimos tempos, a democracia e as instituições brasileiras passaram por ameaças das quais acreditávamos já haver nos livrado. Não foram apenas exaltações verbais à ditadura e à tortura, mas ações concretas e preocupantes, que incluíram: a) comparecimento a manifestação na porta do comando do Exército, na qual se pedia a volta da ditadura militar e o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal¹⁰; b) desfile de tanques de guerra na Praça dos Três Poderes, com claros propósitos intimidatórios¹¹; c) ordem para que caças sobrevoassem a Praça dos Três Poderes, com a finalidade de quebrar as vidraças do Supremo Tribunal Federal, em ameaça a seus integrantes¹²; d) comparecimento à manifestação de 7 de setembro, com ofensas a Ministros do STF e ameaças de não mais cumprir decisões judiciais; e) pedido de *impeachment* de Ministro do STF em razão de decisões judiciais que desagradavam; f) ameaça de não renovação de concessão de emissora que faz jornalismo independente¹³; g) agressões verbais a jornalistas e órgãos de imprensa¹⁴, entre outras.

Num mundo que assiste preocupado à ascensão do populismo extremista e autoritário, rescendendo a fascismo, a preservação da democracia e o respeito às instituições passaram a ser ativos valiosos, indispensáveis para quem queira ser um ator global relevante. Não é de surpreender que dirigentes brasileiros não sejam hoje bem-vindos em nenhum país democrático e desenvolvido do mundo. E, nos eventos multilaterais, vagam pelos corredores e calçadas sem serem recebidos, acumulando recusas em pedidos de reuniões bilaterais. Como já disse anteriormente, a marca *Brasil* vive um momento de deprimente desvalorização mundial. Passamos de um país querido e admirado internacionalmente a um país olhado com desconfiança e desprezo.

Aqui no Tribunal Superior Eleitoral procuramos fazer a nossa parte na resistência aos ataques à democracia. Aliás, uma das estratégias das vocações autoritárias em

diferentes partes do mundo é procurar desacreditar o processo eleitoral, fazendo acusações falsas e propagando o discurso de que “se eu não ganhar houve fraude”. Trata-se de repetição mambembe do que fez Donald Trump nos Estados Unidos, procurando deslegitimar a vitória inequívoca do seu oponente e induzindo multidões a acreditar na mentira. Em reação às estratégias antidemocráticas, o TSE, para além dos pronunciamentos incisivos de seu presidente e outros ministros, tomou uma série de medidas concretas, que incluíram: a) instauração de procedimento administrativo exigindo a apresentação das provas de fraudes alegadas pelo Presidente da República (desnecessário enfatizar que as provas não foram apresentadas, porque nunca existiram); b) notícia-crime contra o Presidente da República por reiterada divulgação de notícias fraudulentas, que se encontram em apuração em inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal¹⁵; c) notícia-crime contra o Presidente da República por vazamento de informações sigilosas, constante de inquérito igualmente sigiloso da Polícia Federal, fornecendo, dessa forma, dados da arquitetura interna da Tecnologia da Informação, facilitando o ataque por *hackers* e milícias digitais¹⁶; e d) desmonetização de *sites* que difundiam campanhas de desinformação, como tal entendidas a divulgação de mentiras deliberadas como estratégia de desestabilização da democracia¹⁷. Foi necessário um acórdão do Tribunal de Contas da União para proibir que verbas públicas fossem destinadas a sites que incentivavam atos antidemocráticos

A esse propósito, o inquérito conduzido pela Polícia Federal, em que se investigam organizações criminosas de divulgação de notícias falsas, com calúnias, difamações e violações de sigilo funcional, concluiu:

“Em período compreendido entre 2018 e a presente data, em Brasília e em outros locais, PESSOAS IDENTIFICADAS no bojo dos inquéritos 4781, 4828 e 4874 se uniram de forma estruturalmente ordenada, com unidade de desígnios e divisão de tarefas (produção, difusão e financiamento), com o objetivo de obter vantagens financeiras e/ou político-partidárias por meio da produção e divulgação de informações (texto, imagem e vídeo) em meios de comunicação (redes sociais ou canais de comunicação), de notícias fraudulentas, falsas comunicações de crimes, violação de sigilo funcional, ameaças e crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), lesando ou expondo a perigo de lesão o Estado democrático de direito e a independência e a

harmonia entre os Poderes, ocultando ou dissimulando a natureza, origem, movimentação ou propriedades de valores decorrentes da atividade criminosa.

Identifica-se a atuação de uma estrutura que opera especialmente por meio de um autodenominado “gabinete do ódio”¹: um grupo que produz conteúdos e/ou promove postagens em redes sociais atacando pessoas (alvos) previamente eleitas pelos integrantes da organização, difundindo-as por múltiplos canais de comunicação, em atuação consistente no amplo emprego de vários canais da rede mundial de computadores, especialmente as redes sociais.

Observa-se também que, além de promover ataque aos veículos tradicionais de difusão de informação (jornais, rádio, TV etc.) e de estimular a polarização e o acirramento do debate, a organização utiliza essa estrutura para atacar de forma anônima diversas pessoas (antagonistas políticos, ministros do STF, integrantes do próprio governo, dissidentes etc.), tudo com o objetivo de pavimentar o caminho para alcance dos objetivos traçados (ganhos ideológicos, político-partidários e financeiros)¹⁸.

Este é o Brasil de hoje, na descrição, não de um líder de oposição, mas da Polícia Federal, em relatório elaborado por Delegada corajosa e independente. Vivemos um momento triste em que se misturam o ódio, a mentira, as teorias conspiratórias, o anti-cientificismo, as limitações cognitivas e a baixa civilidade.

XIII. ENCERRAMENTO

Gostaria de terminar com uma passagem que se atribui a Ernest Hemingway, embora eu não tenha conseguido encontrar a fonte para confirmar a autenticidade. Mas, seja de quem for, trata-se de um diálogo antológico:

- “Quem é que está ao seu lado na trincheira?”
- “E isso importa?”
- “Mais do que a própria guerra”.

Ao nosso lado na trincheira estão os que acreditam no bem, na justiça e na democracia, mesmo que divirjam quanto a muitas outras coisas. Os que acham que todas as pessoas devem ser tratadas com respeito e consideração, mesmo quem pareça não merecer. Os que sabem que a ignorância e a falta de educação não são virtudes a serem cultivadas. Os que acreditam que a igualdade das mulheres, o enfrentamento do racismo estrutural, o respeito aos

integrantes dos grupos LGBTI+, a proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas, o acolhimento das pessoas com deficiência, em meio a outras, não são causas progressistas: são, na verdade, as causas da humanidade.

Entrego na próxima 3ª feira a direção do Tribunal Superior Eleitoral às mãos honradas do Ministro Luiz Edson Fachin, meu amigo de toda a vida, uma das melhores pessoas com quem cruzei ao longo do caminho. Na vice-presidência estará o Ministro Alexandre de Moraes, um juiz de excepcional qualidade e um administrador que passou com sucesso por diferentes cargos públicos. E embora deixe meu coração aqui, vou para casa tranquilo em paz. A nossa casa, que foi construída na rocha, está bem guardada. Ventos do mal, antidemocráticos e destrutivos não são capazes de derrubá-la.

Faço um agradecimento final a três pessoas. A professora Aline Osório, secretária-geral do TSE, abandonou posição de grande proveito material na iniciativa privada para servir a mim, à Justiça Eleitoral e ao país. O juiz federal Sandro Nunes Vieira cumpriu com excepcional dedicação e êxito as tarefas que a ele deleguei, vivendo numa ponte aérea entre Brasília e Santa Catarina. E a servidora Leila Mascarenhas, minha chefe de gabinete, organizou tudo, sempre, com esmero, competência e irradiante simpatia.

Concluo. Em tempos difíceis da vida brasileira reitero aqui minha convicção mais profunda, minha fé racional: a de que a história é uma marcha contínua na direção do bem, da justiça e do avanço civilizatório. Mas nem sempre ela é linear. Por isso mesmo, é preciso interpretar, sem amargura, seus avanços e recuos. Porém, mesmo quando não se percebe da superfície, ela flui como um rio subterrâneo na direção que deve seguir. E o nosso papel, como intelectuais, trabalhadores, estudantes e cidadãos é empurrar a história na direção certa. Mesmo diante de momentos de desalento com as fraquezas humanas e com os desvios de rota, procuro manter uma visão construtiva da vida e dos acontecimentos. E compartilho com todos o meu *slogan* pessoal, que tem me ajudado ao longo do caminho: *não importa o que esteja acontecendo à sua volta: faça o melhor papel que puder. E seja bom e correto, mesmo quando ninguém estiver olhando.*

Muito obrigado a todos.